

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**“EU GOSTEI DESDE A PRIMEIRA QUE EU AJUNTEI...”: A PRÁTICA DA
FORMAÇÃO DE ALGUMAS COLEÇÕES PARTICULARES DE ARTEFATOS
ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AMAZONAS**

Jéssica Guimarães Batalha*

Orientadora: Clarice Bianchezzi**

RESUMO: As recentes pesquisas produzidas em Parintins-AM, na área de arqueologia tem demonstrado a existência de muitos sítios arqueológicos, composto por Terra Preta de Índio (TPI), paisagens antropomórfica, líticos e fragmentos de cerâmicas (cacos de vasilhames, urnas funerárias, apêndices, etc). Neste contexto os coletivos humanos têm tido contato com tais vestígios e formado coleções domésticas de artefatos arqueológicos, isso foi um dos principais motivadores para catalogamos as coleções existentes dentro da jurisdição do município de Parintins-AM. A partir desses fatos analisamos a relação que os portadores têm com essas coleções. Visitamos cerca de sete (7) comunidades da zona rural e dois (2) bairros da área urbana, cada coleção doméstica foi feito o registro fotográfico com o auxílio de uma escala métrica, número e descrição das peças e a localização via GPS. Com esses dados elaboramos uma tabela descritiva presente neste artigo.

Palavras-chave: Parintins; Coleção doméstica; Catalogação; Artefatos arqueológicos.

* Graduada do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. Bolsista da Iniciação Científica da FAPEAM. Membro do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEPIA. E-mail: jessica.jg901@gmail.com

** Professora do curso de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEPIA. Doutoranda do Programa de Antropologia - Área de Concentração: Arqueologia da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: cbianchezzi@gmail.com

Introdução

O município de Parintins, Amazonas, assim, como outras tantas localidades deste estado, apresenta vestígios arqueológicos presentes em inúmeros sítios arqueológicos, sejam estes registrados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ou apenas catalogados por pesquisadas acadêmicas.

Motivados por essa realidade, apresentamos neste artigo uma breve reflexão a partir de dados elaborados via pesquisa de campo de doze meses, vinculada a um projeto de Iniciação Científica, sobre a existência de coleções domésticas de cerâmicas arqueológicas no município de Parintins.

1. As pesquisas arqueológicas na Amazônia

Uma das primeiras pesquisas de arqueologia na Amazônia foi realizada por Betty Meggers. Ela apresentou uma Amazônia quase que incapaz de ter inovação cultural e desenvolvimento, devido à floresta ser muito densa para o deslocamento, ter poucos recursos animais e vegetais para a coleta e caça, bem como, o solo muito pobre para cultivo de uma agricultura intensiva; por isso, “pensava-se que o crescimento populacional dos indígenas teria sido limitado e o desenvolvimento cultural restrito a sequências relativamente curtas e simples” (ROOSEVELT, 1992, p. 54).

Dessa forma, criou-se a teoria de que os vestígios de cerâmicas, líticos, sambaquis e outros materiais encontrados seriam frutos de outras civilizações, como a dos Andes que eram trazidos para a Amazônia através das invasões e migrações, fazendo com que ela recebesse influências culturais.

Diferente de Meggers, para Donald W. Lathrap “a floresta tropical não contém elementos que limitam seu desenvolvimento cultural. Ao contrário, nela desenvolveram-se importantes processos que se relacionam à emergência da agricultura e ao aparecimento da cerâmica no Novo Mundo” (LATHRAP, 1977 *apud* GOMES, 2002, p. 57).

Estudos mais recentes produzidos na Amazônia indicam que a ocupação humana tenha onze mil anos, podendo ser até mais antiga. As escavações feitas na caverna de Pedra Pintada, em Monte Alegre-Pará, dirigidas por Anna Roosevelt, a princípio foram de grande impacto devido à quantidade de informações fornecidas sobre o período de

ocupação do local, a dieta e o modo de vida dos grupos que viveram na região.

Isso foi possível devido às escavações feitas no sítio arqueológico e pelos seis metros de depósitos encontrados com carapaças de moluscos de água doce, carvão, ossos faunísticos, líticos e fragmentos de cerâmicas. Estes, foram datados pelos métodos radiocarbônico, espectrometria de massa com aceleradores (AMS) e termoluminescência, proporcionando datas entre 7.600 e 7.335 anos A.P. A datação dos fragmentos de cerâmicas as fizeram ser colocadas como a mais antiga das Américas (SCHAAN, 2009).

No Baixo Amazonas, nos Rios Nhamundá e Trombetas, na década de 1970, foi realizada uma pesquisa arqueológica com o intuito de identificar as fases de ocupação através do complexo cerâmico existente na região. Essa pesquisa teve a colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (HILBERT; HILBERT, 1980. p. 01, 02).

O município de Parintins aparece nas pesquisas produzidas por Simões & Araújo-Costa (1978), denominada *Áreas da Amazônia legal brasileira para pesquisas e cadastro de sítios arqueológicos*, teve como objetivo fazer cadastros de sítios arqueológicos, propostos pelo PRONAPA (1966) e aprovado posteriormente pelo IPHAN (1968), indicando o sítio habitação AM-PT-1 Santa Rita de Cássia da região da Valéria, pertencente ao município.

Por sua vez Neves (2006), ao apresentar as cerâmicas em tradições, cita Parintins como uma das áreas que se encontra a tradição inciso-ponteadada, da fase Konduri, com datações de mil anos.

Em sua pesquisa Alves (2018) aponta algumas diferenças existentes entre as culturas de cerâmica Santarém e Konduri, ambas da tradição inciso-ponteadada. Ele destaca que “Nimuendajú (1949, 2004) foi o primeiro a identificar, entre 1923 e 1926, a cerâmica Konduri e propor que sua dispersão ocorre da região dos rios Trombetas e Nhamundá alcançando até a Serra de Parintins” (ALVES, 2018, p. 12).

Conforme aponta Neves (2006, p. 69) as cerâmicas da fase Konduri são “bastante sofisticadas, com prevalência da decoração modelada em motivos antropomorfos e zoomorfos, e com a diferença de que os vasos são geralmente maiores que os tapajônicos”. Os sítios que possuem essa tradição de cerâmica inciso-ponteadada

podem ser grandes, associados à Terra Preta de Índio – TPI¹, indicando que houve ocupação por povos antigos no local.

As pesquisas realizadas na Amazônia por meio da arqueologia têm demonstrado a presença de uma vasta extensão de sítios arqueológicos na região. Neves (2006) afirma que é corriqueiro encontrar nas margens dos rios a presença de fragmentos de cerâmicas, líticos, mostrando assim a existência de sítios arqueológicos fora das terras indígenas demarcadas, em locais desocupados e outros ocupados por populações ribeirinhas na atualidade.

Nessas regiões de ocupação ribeirinha, além das margens dos rios, é comum encontrar fragmentos de cerâmicas nas roças e nos quintais das casas dos moradores, os quais acabam por juntar esses fragmentos formando coleções domésticas/particulares de cerâmicas, conforme demonstram Bezerra (2011; 2012; 2018), Bianchezzi (2018), Lima (2005) e Troufflard (2012) em suas pesquisas pela Amazônia.

Enquanto “coleccionismo espontâneo de peças arqueológicas pelas populações locais sem intencionalidade de venda e sem interferência física nas peças”, a prática de “apropriação e ressignificações dos vestígios arqueológicos atribuindo a eles diferentes usos e caracterizações” (CARNEIRO, 2014, p. 454), também ocorre no Baixo Amazonas.

Dessa forma, para muitos coletivos humanos colecionar esses artefatos, muitas das vezes, os faz sentirem-se responsáveis e proprietários desses artefatos, atribuindo sentidos e significados às peças, cacos, pedras polidas, moedas, apliques zoomorfos e antropomorfos, a partir de experiências na atualidade.

1.1 Falando um pouco sobre arqueologia na região de Parintins-Amazonas

Pesquisas no âmbito arqueológico têm sido produzidas no Baixo Amazonas há algum tempo. Uma das primeiras pesquisas realizadas nessa área referente ao município de Parintins foi feita por Peter Paul Hilbert, em 1975, no sítio habitação (AM-PT1) localizado em Santa Rita de Cássia pertencente à Região da Valéria (SIMÕES, ARAÚJO-COSTA, 1978, p. 81).

Em 2005, foi realizado o *Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas*,

¹ Resultam do acúmulo contínuo de restos orgânicos – ossos de peixes e outros animais, cascas de frutas e raízes, fezes, urina, carvão, etc – em aldeias sedentárias que foram ocupadas durante muitos anos ou décadas. (conf. NEVES, 2006)

liderado pelos arqueólogos Helena Lima e Carlos Silva, que ampliou a catalogação de informações que se tinha sobre sítios arqueológicos presentes em Parintins. Além disso, a pesquisa possibilitou identificar sítios e coleções arqueológicas em outros municípios do Médio Amazonas, como Itacoatiara, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Urucará e Nhamundá. Também foi efetuado o georreferenciamento destes sítios (LIMA; SILVA, 2005).

Outros trabalhos acadêmicos têm sido produzidos no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas desde 2015. Entre eles, as pesquisas iniciais sobre o sítio do Macurany (SILVA, 2016; AZEDO, 2017; ELLIS; RIBEIRO; STAMPANONI, 2018; BIANCHEZZI, 2018), e a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de Jordana A. Cativo, publicado como capítulo de livro, sobre ensino de história a partir do uso de imagens de cerâmica arqueológica e cerâmica contemporânea (CATIVO; BIANCHEZZI, 2018).

O projeto de iniciação científica “Vestígios pré-coloniais: Mapeamento de sítios arqueológicos no município de Parintins - AM” (MACHADO; BIANCHEZZI; SOUZA, 2018) desenvolvido por Michel Carvalho Machado, gerou artigos oriundos das pesquisas (MACHADO; BIANCHEZZI; SOUZA, 2017a; MACHADO; BIANCHEZZI; SOUZA, 2017b) e culminou no Trabalho de Conclusão de Curso “Entre Terra Preta Antropogênica e cacos de Cerâmicas: A existência de sítios arqueológicos no município de Parintins – AM” (MACHADO, 2018), onde foi possível identificar e registrar novos sítios arqueológicos e algumas coleções domésticas de artefatos arqueológicos dentro da jurisdição do município de Parintins sendo usado como referência para esta e outras pesquisas.

Também temos o Trabalho de Conclusão de Curso de Daiane Cristina de Souza (2018), “Restos dos Povos que já morreram: Colecionismo de material arqueológico no Distrito da Freguesia do Andirá – Barreirinha – Amazonas”, que cataloga coleções domésticas de artefatos arqueológicos no Distrito da Freguesia do Andirá, com o intuito de saber como elas foram formadas e a relação entre os colecionadores e suas coleções, indicando que as coleções domésticas estão presentes em vários locais da Amazônia.

A partir destas pesquisas citadas acima e sabendo da existência de sítios arqueológicos no município, nosso objetivo ao catalogar as coleções de artefatos arqueológicos pertencentes à jurisdição de Parintins, e fazer os registros fotográficos, a contagem das peças, a localização via ponto GPS – quando possível – é contribuir com

o conjunto de pesquisa sobre arqueologia na região de Parintins.

É importante salientar que colecionar artefatos arqueológicos é proibido pela legislação brasileira segundo a Lei nº 3.924/1961. No Capítulo II – Das escavações arqueológicas realizadas por particulares, o artigo oitavo diz que o “direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN” (BRASIL, 1961).

Assim como no Capítulo IV – Das descobertas fortuitas, o artigo 17 diz que “a posse e a salvaguarda dos bens de natureza arqueológica ou pré-histórica constituem, em princípio, diretamente ao Estado” (BRASIL, 1961). Já o artigo seguinte:

A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido. (BRASIL, 1961).

No artigo 19, “a infringência da obrigação imposta no artigo anterior implicará na apreensão sumária do achado, sem prejuízo da responsabilidade do inventor pelos danos que vier a causar ao Patrimônio Nacional, em decorrência da omissão” (BRASIL, 1961).

Desta forma, deixamos claro que não faz parte dos objetivos da pesquisa incentivar a coleta de artefatos arqueológicos; apenas expomos a realidade que temos em nosso município por entender que se trata de uma ação motivada muitas vezes pela curiosidade e pelo encantamento das peças entre outros fatores que serão abordados no presente artigo.

2. Coleção, coleções como são formadas? Breve definição

Quando falamos de coleção o primeiro conceito que nos vem em mente é o descrito no Dicionário de Língua Portuguesa que descreve como “uma reunião ou conjunto de objetos”². Para compreendermos melhor como essa definição pode contemplar as coleções particulares/domésticas de cerâmica arqueológica nos apoiamos em duas definições oriundas da museologia.

² Mini Aurélio – o dicionário da língua portuguesa. 8º edição revista, atualizada e ampliada. 2012.

A primeira delas afirma que coleção é “uma reunião de objetos que conservam a sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica” (DESVALLÉES *et al*, 2013, p. 32). A segunda de Krysztof Pomian (1987 *apud* DESVALLÉES *et al*, 2013, p. 32), se refere à coleção como “todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial em um lugar fechado, mantido com este propósito, e exposto ao olhar”.

Essas definições da museologia nos dão aporte para apresentarmos as coleções domésticas de artefatos arqueológicos, compostas por materiais encontrados nas roças, nos quintais das casas, nas barrancas dos rios, riachos, igarapés e lagos. Eles são vistos frequentemente após as chuvas, em pequenas ou grandes erosões no solo fazendo com que os fragmentos de cerâmica fiquem expostos e facilmente visíveis ao olhar.

Encontrados por residente destas áreas, muitas vezes, são recolhidos, guardados nas residências, formando coleções domésticas de cerâmicas e artefatos arqueológicos, algo muito recorrente na Amazônia já apontada pelas autoras Bezerra (2011; 2012; 2013; 2018), Troufflard (2012) e Bianchezzi (2018).

Assim, de acordo com as definições apontadas por Desvallées *et al* (2013, p. 32) e Pomian (1987 *apud* DESVALLÉES *et al*, 2013, p. 32), vamos considerar neste trabalho que as coleções domésticas/particulares são formadas a partir de duas ou mais peças entre cacos de cerâmicas, líticos e demais materiais arqueológicos, guardados intencionalmente com propósitos distintos. Algumas por admiração devido às peças terem decoração, ou mesmo a curiosidade de saber como foi produzida.

Os portadores das coleções organizam, agrupam os artefatos, expõem em estantes nas salas de suas residências; alguns esboçam a intenção de doar a coleção, algum dia, para um museu. Não vamos considerar coleção a posse e guarda de apenas um artefato arqueológico. Como temos em nosso banco de dados uma família que possui um artefato arqueológico, vamos fazer algumas reflexões a respeito, devido a sua relevância para a pesquisa, mas não como sendo uma das coleções catalogadas.

Para esta pesquisa, utilizamos a etnografia como teoria metodológica. Mariza Peirano (2014) nos mostra que a etnografia vai além da observação em campo; assim, todos os dados coletados na pesquisa e anotados tornam-se objeto de análise e questionamento. Nesse caso, ao buscar entender o porquê as pessoas guardam um conjunto de artefatos arqueológicos e quais relações são estabelecidas entre as pessoas e

as coleções, pudemos conviver, observar e anotar em caderno de campo.

Também Peirano (2014) afirma que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Ela começa bem antes de ir a campo: leituras foram necessárias para que pudesse diferenciar fragmentos de cerâmicas pré-coloniais de cacos mais recentes e assim, efetuar registros fotográficos com referência de escala métrica - para termos a noção do tamanho dos artefatos, bem como, as características que cada peça possuía, como por exemplo, os detalhes da decoração dos fragmentos, coloração própria do fragmento ou produzida através da intervenção humana no presente. Em um dos casos, alguns fragmentos estavam coloridos devido às crianças brincarem com os mesmos e pintarem com pincel ou giz de cera.

Para Peirano (2014, p. 381) “a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual”. Desta forma, a cada ida ao campo vamos com um olhar e voltamos com novas perspectivas, novas experiências e novos dados coletados.

Principalmente, quando notamos o comportamento e a fala dos colecionadores em relação às coleções. Uma fala mais baixa, um sorriso quando descreve que aquele artefato é o seu preferido; tudo isso faz parte da comunicação que conseguimos estabelecer com as pessoas. Assim, Peirano (2014, p. 386) afirma que “palavras não são os únicos meios de comunicação: silêncios comunicam”, bem como os outros sentidos do ser humano.

O caderno de campo foi de suma importância para esta pesquisa, visto que foi através dele que pudemos consultar informações as quais já havíamos esquecido que foram registradas durante a visita aos portadores das coleções, nas distintas localidades de Parintins.

A partir dessas informações construímos a tabela com as relações das coleções domésticas de artefatos arqueológicos catalogados no município de Parintins durante esses doze meses de pesquisa. Por várias vezes tivemos que consultar o caderno de campo, para lembrar detalhes, falas dos colecionadores, comportamentos, coordenadas de localização, descrição das coleções assim como a quantidade de peças que cada coleção possuía.

Foi a partir da etnografia, observação, conversas informais e através do aporte teórico de Peirano (2014), que percebemos essa relação de apropriação de cada colecionador de coleção doméstica arqueológica, indo do cuidado de guardar em um

local que possam admirar e permitir que outros admirem, até o fato de limpar e impermeabilizar para evitar poeira e não prejudicar a saúde dos familiares.

3. Catalogação das coleções arqueológicas e os desafios da pesquisa de campo

A pesquisa foi realizada durante um ano (agosto/2018 – agosto/2019) e fez parte do Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC/UEA, objetivando catalogar coleções domésticas/particulares de artefatos arqueológicos. Durante esse período, foram visitadas sete comunidades pertencentes ao município de Parintins: Santa Rita de Cássia (Região da Valéria) onde encontramos nossa primeira coleção; Bom Socorro e Boa Esperança pertencentes ao Lago do Zé Açú; Santa Maria da Vila Amazônia; Comunidade do Laguinho; Santa Maria do Murituba; Santo Antônio do Murituba; e dentro da cidade de Parintins, Parananema e Itaúna I³. A coleção do Mocambo do Arari chegou até nós através de sua colecionadora que nos procurou na universidade para nos mostrar a sua coleção, com isso, não foi necessário ir até a comunidade para fazer a catalogação.

Em algumas dessas localidades, não encontramos coleções domésticas de artefatos arqueológicos, porém, encontramos a presença de Terra Preta de Índio – TPI, paisagens antropogênicas⁴ e, também, a presença de fragmentos de cerâmicas em estradas recém-abertas ou reabertas, como no caso da comunidade de Santa Maria do Murituba (figuras 1 e 2).

Como conseguimos encontrar as coleções? Em suma, foi necessário buscar informações através de conhecidos, familiares, vizinhos, colegas e professores na faculdade. Assim, fomos listando possíveis locais e pessoas que tinham materiais arqueológicos: cacos de cerâmicas, artefatos líticos (peças produzidas com pedra), entre outros materiais.

³ Durante a pesquisa fui acompanhada por algum colega ou amigos (as) as visitas em campo.

⁴ Antropogênicas refere-se à ação antrópica, ou seja, a atuação do homem sobre a natureza sem intenção, como por exemplo, jogar sementes aleatórias por um espaço de ocupação. O ato pode ser movido pela intuição ou pelo instinto tornar-se consciente, dessa forma, transmitido e multiplicado culturalmente. “Então aquela ação antrópica, que era aparentemente aleatória, torna-se uma ação antropogênica (gênica = causa), consciente, planejada ou executada” (MAGALHÃES, 2016, p. 11). Alguns exemplos dessa ação humana são as palmeiras (buriti, açáí, pupunha, tucumã) e os castanhais, que comprovam processos de antropização antigos e mais recentes. (BALÉE, 1998a, BALÉE & ERICKSON, 2006 *apud* ROCHA *et al.*, 2004).



Figura 1: Paisagem antropogênica em Santa Maria do Murituba

Fonte: BATALHA, 2019.



Figura 2: fragmento de cerâmica na beira da estrada em Santa Maria do Murituba

Fonte: BATALHA, 2019.

Com o nome das localidades em mãos, fazíamos um cronograma dos dias que poderíamos visitar tais locais. Quando chegávamos às comunidades, por exemplo, perguntávamos se alguém já tinha visto “cacos de cerâmicas, fragmentos de panelas, de potes” e se conheciam alguém que guardasse esses artefatos. Em sua maioria a resposta era sempre a mesma, “*nunca vi, e não conheço ninguém que tenha*”, porém ficávamos conversando com as pessoas e logo alguém conhecia e nos levava até uma coleção, segundo anotação do caderno de campo (BATALHA, 2018 e 2019).

Com o período da cheia dos rios o acesso às comunidades fica mais difícil. Para catalogar a coleção de Lage, localizada na comunidade de Santa Maria da Vila Amazônia, por exemplo, foram duas semanas, pois estava no período de cheia dos rios e com isso a chuva atrapalhava o acesso à coleção, por se tratar de um terreno afastado do centro da Vila Amazônia e a estrada se tornava um lamaçal.

Os dados da *Tabela 1* indicam os números da pesquisa, como podemos observar:

NÚMEROS DA PESQUISA	
Nº de coleções catalogadas	6
Nº de visitas às comunidades	13
Nº de coleções não catalogadas	4
Nº de tentativas de contato	23
Nº de visitas desmarcadas	10

Tabela 1: Síntese dados da pesquisa. **Fonte:** BATALHA, 2019.

Foram ao todo catalogadas seis coleções dentro da jurisdição do município de Parintins: duas na comunidade de Bom Socorro, localizada no Lago do Zé Açú; uma na comunidade de Santa Rita de Cássia, pertencente à Região da Valéria; duas na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia; uma coleção vinda do Mocambo do Arari, esta foi catalogada na zona urbana da cidade devido à colecionadora ter entrado em contato conosco; e a última coleção, está localizada na área urbana de Parintins, no bairro de Itaúna I.

Em nossos dados de pesquisa citamos a quantidade de visitas feitas às comunidades de um modo geral, pois em alguns locais tivemos de visitar mais de uma vez para coletar os dados que precisavam ser completados. Em quatro das informações que recebemos, não conseguimos catalogar as coleções; em dois casos, quem colecionava os artefatos havia morrido há alguns anos e seus familiares não souberam explicar o paradeiro da coleção; em outro caso, quem tinha a guarda dos materiais arqueológicos se desfez das peças e não falou mais sobre o assunto, e no último caso, tentamos o contato, porém não houve retorno em todas as nossas tentativas.

4. “*Eu gosto de ficar olhando, é bonito*”: da admiração à guarda das coleções arqueológicas particulares de Parintins

Neste item apresentaremos, de maneira breve, as características de cada coleção arqueológica particular que foi catalogada nesta pesquisa, indicando a comunidade que está localizada, quantidade de artefatos que contém, onde estão armazenados, como e quanto tempo faz que os artefatos foram encontrados. E, também, fazemos uma reflexão a partir das relações que as pessoas possuem com esses artefatos arqueológicos, partindo do conceito de coleção que já definimos anteriormente. Todos os nomes referentes os portadores das coleções são fictícios, mantendo assim a ética de nossa pesquisa.

4.1 Coleção 1: Comunidade do Bom Socorro/Lago do Zé Açú

A coleção 1 é composta por dois artefatos arqueológicos (figuras 3 e 4). As peças foram encontradas em lugares distintos, na comunidade do Bom Socorro, na região do Lago do Zé Açú, área rural do município de Parintins; um artefato foi

encontrado na beira do rio e o outro no roçado.

Os artefatos têm características diferentes: a primeira peça possui decoração incisa do seu lado inferior de acordo com Denise Gomes (2002). A segunda, possivelmente, segundo seu formato, é uma base lateral de uma vasilha de cerâmica lisa.



Figura 3: Coleção 1- fragmento de cerâmica com decoração incisa.
Fonte: BATALHA, 2018.



Figura 4: Coleção 1- fragmento de cerâmica
Fonte: BATALHA, 2018.

O Sr. Antônio⁵, responsável por guardar a coleção, nos contou onde e por que guarda os objetos: “*eu guardo na cômoda, do lado da TV, eu gosto de ficar olhando, é bonito*”. É perceptível em sua fala o quanto ele se apropriou dos artefatos para si. O fato de guardar em um local onde ele possa ver as peças e admirá-las nos faz refletir sobre essa relação e esse cuidado que ele possui. Isso nos remete a Pomian (1987 *apud* DESVALLÉES *et al*, 2013, p. 34), o qual afirma que os objetos que compõem a coleção o fazem “por seu valor simbólico, na medida em que o objeto perde sua utilidade ou seu valor de troca para se tornar portador de sentido (“semióforo” ou portador de significado)”.

Seria esse ato de guardar os cacos cerâmicos uma forma de dar sentido a partir da sua realidade? As peças estão em boas condições e muito bem preservadas, mas trata-se de cacos e não de um objeto inteiro, segundo anotações feitas no caderno de campo (BATALHA, 2018).

Sr. Antônio tem hipóteses sobre os produtores destes objetos/cacos: “*Eu sei que é importante porque é dos antigos né, do povo que viveu aqui na comunidade antes da*

⁵ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.

gente...”, a partir do que ele fala podemos ver o quanto os artefatos arqueológicos têm significado segundo Barreto, Lima e Betancourt:

Os objetos cerâmicos podem ser lidos pelos arqueólogos como verdadeiros documentos que nos falam das tradições tecnológicas, das relações sociais e dos universos simbólicos dos povos que os produziram e utilizaram (BARRETO; LIMA; BETANCOURT 2016, p. 20).

4.2 Coleção 2: Comunidade do Bom Socorro/Lago do Zé Açú



Figura 5: Coleção 2 contendo fragmentos de cerâmicas com decorações, apêndices zoomorfos e uma machadinha lítica.

Fonte: BATALHA, 2018.



Figura 6: Sr Rogério mostrando onde guarda a sua coleção.

Fonte: BATALHA, 2018.

A coleção do sr. Rogério⁶ foi formada durante três anos e hoje é composta por quatro artefatos arqueológicos (figuras 5 e 6). Em Bom Socorro, comunidade pertencente ao Lago do Zé Açú, algumas pessoas ainda possuem o hábito de fazer roçado, e foi em sua roça que o sr. Rogério achou os quatro artefatos arqueológicos.

Ele diz que *“numa roça que eu fiz... quando eu ia cavando pra fazer, brotava [os artefatos]”*. Curioso e admirado, ele as levou para sua casa e completa dizendo: *“tinha muito deste, tinha pombo, tinha cara de coruja, cabeça de elefante com bico (...)”*, porém essas peças sumiram aos poucos, pois, segundo ele, seus filhos pegavam escondidos para brincar e as perdiam.

Ao contrário dos outros colecionadores, o sr. Rogério guarda sua coleção em uma sacola, dentro de *“cabeça de ventilador”*, onde ficam seus objetos de trabalho. Tudo isso é uma forma de proteger as peças dos seus filhos, para que assim elas não se percam. Apesar de onde está guardada a coleção, esse foi a maneira que o sr. Rogério

⁶ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.

encontrou de cuidar e deixar preservada a coleção, longe da brincadeira de seus filhos.

4.3 Coleção 3: Comunidade de Santa Rita de Cássia/Valéria

A visita à comunidade de Santa Rita de Cássia na região da Valéria se deu devido a um achado arqueológico de urna funerária indígena (figura 7), em agosto de 2018, que teve repercussão nos meios de comunicação do município e estado⁷.



Figura 7: Urna funerária encontrada por moradores da comunidade de Santa Rita de Cássia
Fonte: BATALHA, 2018

Estando no local e em conversas com os residentes tive contato com a coleção. Assim conheci dona Maria⁸ que concordou em disponibilizar sua coleção para a pesquisa. Composta por 562 artefatos arqueológicos, nesta coleção encontram-se desde machadinha lítica até cacos de cerâmicas com decorações diversas (figura 8). Ela foi formada ao longo de 16 anos, com artefatos encontrados nas ruas da comunidade, após as chuvas e, principalmente, quando capinavam atrás da igreja e no quintal de casa.

⁷ Jornal Plantão Popular (impresso) - Ano VII, n.713 Circulação semanal – Parintins, quarta-feira, 08 de agosto de 2018.

MORADORES da zona rural de Parintins acham urna funerária de mil anos no quintal de casa. **A Crítica** (impresso e online). Publicado em 06 ago. 2018. Disponível em <http://www.acritica.com/channels/interior/news/moradores-da-zona-rural-de-parintins-acham-urna-funeraria-de-mil-anos-no-quintal-de-casa/>. Acesso em 01/10/19.

URNA com ossos indígenas de mais de mil anos é achada no interior de Parintins. **Amazonas atual** (online). Publicado em 08 ago. 2018. Disponível em <http://amazonasatual.com.br/urna-com-ossos-indigenas-de-mais-de-mil-anos-e-achada-no-interior-de-parintins/?amp>. Acesso em 01 out. 19.

⁸ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.



Figura 8: coleção 3. D. Maria retirando os artefatos da caixa de isopor onde ela os guarda.
Fonte: BATALHA, 2018.

O contexto da comunidade no qual essa coleção está localizada é bem diferente da comunidade do Bom Socorro. Na comunidade de Santa Rita de Cássia, o turismo arqueológico tem crescido devido ao grande afloramento de materiais arqueológicos.

O sítio teve intervenção arqueológica; pela arqueóloga Helena Lima e sua equipe com o Projeto do Baixo Amazonas (LIMA; SILVA, 2005) que tinha como principais objetivos realizar um levantamento arqueológico no município de Parintins, além de incentivar o interesse local sobre a arqueologia, tanto com a população como junto à comunidade acadêmica.

Em sua pesquisa Lima e Silva discorrem sobre o turismo local, e que segundo ela, o “desconhecimento dos preceitos arqueológicos que dizem respeito a uma história local contada através dos objetos, elevado ao potencial turístico da região, levou ao lamentável quadro de evasão das peças” (LIMA; SILVA, 2005, p. 4), o que conseqüentemente estava ligado a uma forma de destruição do sítio arqueológico. De acordo com Lima e Silva, essa comercialização vem sendo praticada há pelo menos 35 anos.

É possível visualizar fragmentos de cerâmica em boa parte do solo da comunidade, muitos destes os moradores acabam coletando e outros não. Próximo à casa da sra. Maria me deparo com o afloramento de uma possível urna funerária (figura 9):



Figura 9: características de uma possível urna funerária sob a rua em frente à casa da sra. Maria.
Fonte: BATALHA, 2018.

Ela me fala que pensa em retirar a urna de lá, visto que fica na rua e está se fragmentando devido aos veículos que passam no local. No diálogo com a responsável pela coleção doméstica, percebemos o fascínio que se tem sobre as peças: *“Eu guardo porque as pessoas vêm aqui em casa olhar”*.

Ao expor os objetos sobre a mesa da sala, os primeiros artefatos que ela tira do pote de isopor para mostrar são os fragmentos de cerâmica que para a arqueologia possuem denominações específicas. Por exemplo, algumas peças possuem decorações incisadas, aplicadas e apliques zoomorfos – forma de algum animal – e antropomorfos – possuem características humanas, como cabeça, olhos, boca, nariz, corpo, etc.

Para Costa (2018, p. 46) *“a decoração busca representações da fauna amazônica, além de figuras híbridas de homem e animais”*. Por último, ela foi tirando os artefatos de cerâmicas lisas, ou seja, sem nenhuma decoração. Isso nos sugere a preferência da sra. Maria pelas peças decoradas, porque segundo ela *“são bonitas e despertam o interesse em olhar”*. Como afirma Bianchezzi (2018):

As coleções domésticas que demonstramos existir na região podem ser apontados como evidências de como o encantamento por objetos decorados, trabalhados, moldados que remetem a técnicas e grupos desconhecidos despertam sobre as pessoas. Como o fascínio por este desconhecido, mas visível e palpável move os coletivos humanos que tem contato com esses objetos arqueológicos. (BIANCHEZZI 2018, p. 15.)

As peças fazem parte do cotidiano da família ao ponto dela se utilizar de uma estratégia para se livrar do pó do desgaste dos cacos cerâmicos *“tem umas que eu pintava com o verniz, porque cai muita poeira, fazia mal pra nós”*. Ela limpa as peças e

as guarda de volta no isopor com cuidado para que nenhuma se quebre, segundo as anotações do caderno de campo (BATALHA, 2018).

4.4 Coleção 4: Comunidade Santa Maria da Vila Amazônia



Figura 10: Coleção 4 - composta por fragmentos/cacos de cerâmicas.
Fonte: BATALHA, 2019.

Esta coleção é composta por 230 artefatos arqueológicos que foram reunidos ao longo de 17 anos pelo sr. José⁹, que guarda as peças dentro de dois baldes grandes (figura 10). Algumas das peças vieram da comunidade do Ramos, mas a maioria é do quintal de sua residência que fica na comunidade Santa Maria da Vila Amazônia. Ele e sua família moram em cima de um sítio arqueológico já catalogado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2015.

Nessa área há grande ocorrência de Terra Preta de Índio – TPI, o que é propício para a agricultura que ele desenvolve em grande parte do seu terreno. O afloramento de cacos de cerâmicas pode ser percebido em todo o terreno, conforme as anotações presentes no caderno de campo (BATALHA, 2019).

Em nossa conversa, o sr. José nos mostra o interesse que ele tem pelas peças: *“tu sabe como é feito? Pra que eles faziam isso? Por que tem esses desenhos?”*, são perguntas que ele fazia e que demonstra curiosidade no desconhecido, o que é pautado no que Bianchezzi (2018) aponta sobre a fascinação que se cria sobre o objeto:

A fascinação que move a busca por conhecer, saber como foram feitos esses

⁹ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.

objetos, quais técnicas empregadas, em que tempo e de que modo eram utilizados, que pessoas foram essas que produziram tais materiais que demonstram dedicação e técnica na elaboração. (BIANCHEZZI, 2018, p. 13)

Sr. José guarda com muito cuidado os artefatos que possuem decoração. Os cacos cerâmicos que encontra pelo quintal e não possuem nenhum tipo de decoração, ele as deixa no pé de uma árvore do seu quintal (figura 11).



Figura 11: Tronco de árvore onde são depositados os fragmentos de cerâmica que não possuem decoração.

Fonte: BATALHA, 2019.

Segundo um dos filhos do sr. José, “*eu gostei desde a primeira que eu ajuntei... aqui em casa onde a gente pisa a gente acha*”. Justamente por morarem em cima de um sítio arqueológico, os filhos de sr. José, tem esse contato desde cedo com os materiais arqueológicos (figura 12). Cria-se nesse caso uma relação intensa de coleta, principalmente, das peças que possuem decoração.



Figura 12: Coleção do filho do sr. José, composta por fragmentos cacos de cerâmicas.

Fonte: BATALHA, 2019.

Ele limpa as peças e as deixa em um balde pequeno. Seu pai conta que eles gostam de brincar com os artefatos, por isso alguns desses possuem marcas de pintura. Essa prática das crianças é apontada por Bezerra (2018), cuja pesquisa faz uma abordagem sobre o colecionismo de artefatos arqueológicos na Amazônia, “crianças coletam peças para guardar e brincar, escolhem os objetos mais ‘enfeitadinhos’ e ‘riscadinhos’”, pois chamam atenção.

4.5 Coleção 5: Distrito de Mocambo do Arari



Figura 13: Coleção 5 contendo fragmentos de cerâmicas com decorações e uma machadinha lítica.

Fonte: BATALHA, 2019.

Esta coleção foi formada ao longo de dez anos por Joana¹⁰ e seus irmãos e possui 11 artefatos arqueológicos (figura 13). Sua portadora encontrou algumas peças em um terreno fora da comunidade e os demais artefatos foram encontrados no Mocambodrómo, localizado no Distrito de Mocambo do Arari, estrutura feita para o festival dos bois Espalha Emoção e Touro Branco.

O local era apenas terra batida e, com as chuvas, segundo ela, era possível ver as peças no solo. Após a última reforma realizada no Mocambodrómo, em 2014, houve o afloramento de outros materiais arqueológicos. Porém, não foi feita a comunicação aos órgãos responsáveis pelo patrimônio nacional, segundo a Lei de nº .924/1961, que determina toda a descoberta de bens arqueológicos deve ser comunicada ao órgão

¹⁰ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.

responsável, o IPHAN (BRASIL, 1961). Sabemos que a coleta desse material é proibida por lei, porém, “a coleta de material arqueológico é mais um fenômeno de apropriação do patrimônio do que uma ação destrutiva do material” (TROUFFLARD, 2012, p. 60).

Nesse caso específico à coleção de Maria se adapta ao seu cotidiano. Ela já guardou em uma estante perto da TV, dentro de uma cesta de cipó, e agora ela enrola cada peça em jornal e guarda em uma caixa de papelão.

Maria tem um grande apego por essas peças, ela nos diz sobre uma peça específica “*essa daqui é meu xodozinho... eu guardo porque é bonito*”. Segundo Troufflard (2012) é comum os moradores guardarem os fragmentos de cerâmica que possuem decoração ou modelagem, pois são as peças que chamam mais atenção.

4.6 Coleção 6: Zona Urbana de Parintins - Bairro Itaúna I



Figura 14: Coleção 6 - contendo fragmentos de cerâmicas.
Fonte: BATALHA, 2019.

Esta coleção foi formada há cerca de três anos. Seu colecionador, o sr. Marcos¹¹, conta que foi seu irmão que trouxe as peças em uma das suas viagens à região da Valéria e as deu para ele guardar. São três fragmentos de cerâmica (figura 14): o primeiro, é um fragmento que contém decoração incisa e com pintura avermelhada que com o tempo foi desgastando, porém ainda é perceptível na peça. A segunda também é um fragmento de cerâmica, e o terceiro artefato é característico de um suporte cônico. Ele relata que:

¹¹ Nome substituído por questões éticas da pesquisa.

Eu achei interessante, pois já sabia que se tratava, fragmentos de cerâmica. Eu até expliquei pro pessoal de casa o que era, mas eu tenho medo que eles confundam com pedaços de tijolos que sempre tem por aqui por casa e acabem jogando fora, por isso eu coloco na sacola e guardo em uma das minhas gavetas. Eu sei que é importante pelos estudos que podem ser feitos na área de arqueológica como, por exemplo, a sua pesquisa. Já pensei em levar pra UEA pra guardarem lá.

É importante destacar como os relatos se repetem, com pequenas variações, mas possuem o mesmo significado. Por exemplo, resguardar os artefatos para eles é uma forma de salvar o que pode ser perder de vez com o passar do tempo. Sabem – ou desconfiam – que aqueles materiais foram produzidos por povos antigos que habitavam esta localidade, e que cada fragmento de cerâmica foi um objeto importante e que era utilizado por eles em seu cotidiano.

Apresentamos a seguir a *Tabela 2* contendo as relações das coleções/domésticas arqueológicas que foram catalogadas ao longo deste projeto. Ela contém algumas informações específicas de cada coleção doméstica, tais como: quem possui a guarda da coleção; a quantidade de artefatos arqueológicos de cada uma; as condições de guarda e preservação, ou seja, como estão sendo armazenadas as coleções e se estão sendo bem cuidadas para que não se perca.

A *Tabela 2* também contém a descrição de cada artefato arqueológico; a quantidade de registros fotográficos que foram feitos de cada coleção; a comunidade onde pertencem os artefatos e a localização por via GPS – nas que foram possíveis fazer – tudo isso para deixar a pesquisa mais completa sobre as coleções.

Relação das coleções domésticas de artefatos arqueológicos catalogados em Parintins anos 2018 e 2019							
#	Guarda	Qtd	Condições de guarda	Descrição	Qtd fotos	Localidade	Localização GPS
1	Antônio	2	Bem armazenado, ela as guarda em cima da cômoda.	São 2 fragmentos de cerâmicas: 1 com decoração incisa; 1 com acabamento liso.	6	Bom Socorro Lago do Zé Açú	S 02.67669° W 056.62651°
2	Rogério	4	Estava em local não adequado, dentro de uma "cabeça" de ventilador junto com as ferramentas de trabalho, mas foi orientadora guardar em outro local.	São 3 fragmentos de cerâmicas, 1 contento traços de decoração incisa; 2 é um caco de cerâmica característico de apêndice zoomorfo; 3 é um fragmento de aplique zoomorfo; 4 é uma espécie de machadinha.	17	Bom Socorro Lago do Zé Açú	
3	Maria	652	Bem armazenado, dentro de uma caixa de isopor.	Apêndice zoomorfo 20/ Apêndice antropomorfo 2/ fragmentos de cerâmicas lisas 8/ frag. De cerâmicas incisa, ponteadas e aplicada 30/ líticos 2/ suporte cônico 2.	51	Santa Rita de Cássia - região da Valeria	
4	José	230	Estava em local não adequado, dentro de dois baldes grandes, mas foi orientado a guardar em outro local.	Fragmentos de cerâmicas com acabamento liso 58/ com decoração incisa, ponteadas e aplicada 145/ suporte cônico 5/ apêndice zoomorfo 17/ apêndice antropomorfo 5.	87	Santa Maria da Vila Amazônia	S 02.60283° W 056.65428°
5	Joana	10	Bem armazenado, dentro de uma caixa de papelão, cada peça é embrulhada com uma folha de jornal.	Cacos de cerâmica com decoração 4/ artefato lítico 1/ apêndice zoomorfo 2/ fragmentos de cerâmica inciso ponteados 3/ frag. Cerâmica com acabamento liso 1.	35	Mocambo do Arari	
6	Marcos	3	Bem armazenado dentro de uma das gavetas de seu guarda-roupas	Frag. de cerâmica com decoração incisa e avermelhada 1/ suporte cônico 1/ frag. de cerâmica com acabamento liso 1.	14	Bairro Itaúna I.	
7	Pedro	1	Bem armazenado dentro de um bule.	1 caco cerâmico característico de apêndice zoomorfo.	12	Bom Socorro Lago do Zé Açú	S 02.67669° W 056.62651°

Tabela 2: Detalhamento do material catalogado. **Fonte:** BATALHA, 2019.

A relação trazida na *Tabela 2* demonstra a importância de pesquisar as relações das pessoas com suas coleções de artefatos arqueológicos, e que nos leva a refletir até que ponto esses artefatos influenciam no cotidiano dessas pessoas. Elas precisam encontrar um local para expor, porque gostam de admirar e por ansiarem que outras pessoas também tenham a mesma sensação/desejo e experiência. Têm também o cuidado de limpar as peças, guardar em um caixa enroladas em jornal para que não se desgastem.

Quanto ao caso da coleção do Mocambo do Arari me questiono, será que se houvesse projetos de pesquisa visando à educação patrimonial evitaria a perda desses materiais arqueológicos? Bem como a criação de um museu no município de Parintins para agregar tais coleções? Será que essas ações seriam o suficiente para evitar tais acontecimentos? São questões importantes que são necessárias refletir.

5. Uma única peça ou o início da prática de guardar?

A peça que pode ser vista na *figura 15* foi encontrada pelo sr. Pedro na beira do rio da comunidade de Bom Socorro pertencente ao Lago do Zé Açú. É comum em uma determinada época do ano o rio “baixar” e com isso aparecem às praias na região. Foi em meio a esse fenômeno que o sr. Pedro encontrou o artefato há mais de quinze anos. Ele não relata, mas em seus gestos percebe-se que ele a guarda com muito carinho e zelo, dentro de um bule em cima de sua geladeira, para que o artefato não se perca.



Figura. 15: Fragmento de cerâmico - apêndice zoomorfo.
Fonte: BATALHA, 2018.

O coletivo familiar identifica o artefato como “cabeça de galo”, pelo formato que tem como está ilustrado *figura 15*. A partir das pesquisas arqueológicas na Amazônia, este objeto é classificado como apêndice zoomorfo, pois se trata de um artefato que possui características de um animal, neste caso de um Urubu Rei de acordo com Gomes (2002).

O sr. Pedro conta que houve um aterramento na frente da comunidade o que impossibilitou que encontrasse mais peças no local. Ele relata que:

Lá na cabeceira tem um lugar lá com vários modelos [artefatos arqueológicos] parece que foi talhado, o pessoal mais antigo que morava lá, disse que fazia muita visagem, o cara que for caçar lá de noite não fica muito sossegado, ouvi alguém falando com ele, dizem que lá é o cemitério dos índios, lá na beira da cabeceira.

Sobre isso Troufflard (2012) destaca que:

Também se sabe que os lugares onde se concentram vestígios arqueológicos podem ser associados a visagens. Uma análise das histórias ligadas aos sítios e objetos iria sem dúvida fornecer informações pertinentes para estudos da relação entre moradores e peças arqueológicas (TROUFFLARD, 2012, p. 67).

Assim como o sr Pedro, José e o sr Antônio contam relatos de aparições de visagens, nos locais onde encontrou os artefatos que compõem sua coleção. Eles não sabiam explicar o porquê dos aparecimentos, mas falam que ninguém tem coragem de ir até tais locais devido a sua “fama” de ser assombrado por visagens (geralmente descrito por eles de indígenas).

Ao pensar no artefato que seu Pedro possui, concluímos que um único artefato não é considerado coleção, mas é possível afirmar que é a partir de um artefato que se iniciou outras coleções. Considerando que uma coleção doméstica se forma através da coleta de um objeto arqueológico e depois outro e assim sucessivamente, o que nos faz refletir neste caso, está nascendo uma futura coleção? – algo que somente o tempo poderá nos dizer.

Assim, mantivemos este registro de peça neste artigo, além do já destacado, também por se tratar de uma peça emblemática e por termos encontrado outras peças de urubu-rei semelhantes nas coleções que catalogamos. Destacamos aqui duas: Santa Rita de Cássia (*figura 16*) e Santa Maria da Vila Amazônia (*figura 17*).



Figura. 16: Urubu rei presente na coleção 3.
Fonte: BATALHA, 2018.



Figura. 17: Urubu rei presente na coleção 4.
Fonte: BATALHA, 2019.

Segundo Troufflard “o objeto ganha significado enquanto testemunha da História. Uma história que, para a maioria dos entrevistados, é a dos índios que viveram na região” (TROUFFLARD 2012, p. 66). Em alguns casos como a do seu Pedro e de seu José está presente através das histórias de visagens que eles contam, pois tais assombramentos estariam relacionados com os índios que viveram na região antes deles.

Algumas considerações

A partir das falas dos portadores das coleções domésticas, percebemos que eles associam esses materiais arqueológicos aos povos indígenas que viveram na região há muito tempo. O que chama a atenção são as formas como eles narram e guardam esses objetos e como se relacionam com eles.

A curiosidade que alguns têm de saber para que cada peça servia, quem as utilizava, e quem as fabricava, nos mostra a importância e a história que cada objeto tem. Configura-se assim essa cultura material como suporte de memória dos povos no presente em relação a vestígios do passado, algo que reaviva a cada caco encontrado e que atíça a imaginação de cada pessoa que encontra um artefato e do coletivo que faz parte.

Pesquisas produzidas anteriormente já nos indicavam para o amplo potencial sobre aspectos arqueológicos no município de Parintins e região, para a presença de sítios arqueológicos e seus inúmeros vestígios. As coleções aqui apresentadas tornam-se uma das constatações da presença de vestígios dos povos que habitaram nossa região no

passado e que são testemunhas materiais desta presença humana.

Agradecimentos

Agradeço aos professores orientadores, Clarice Bianchezzi e José Camilo Ramos de Souza (coorientador no projeto de Iniciação Científica) pela oportunidade que tive em fazer pesquisa com vocês. Agradeço as pessoas que recolheram, guardaram cacos e artefatos arqueológicos em Parintins-AM e aceitaram fazer parte desta pesquisa. A todos que me incentivam principalmente minha família, amigos. Agradeço também a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, que subsidiou através de bolsa de pesquisa o projeto de Iniciação Científica, viabilizando a pesquisa de campo que resulta este artigo acadêmico.

Referências bibliográficas

ALVES, Marcony Lopes. Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 11-36, jan.-abril. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v13n1/1981-8122-bgoeldi-13-1-0011.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

AZEDO, Edilena. **Sítio Macurany: apontamentos sobre uma coleção particular de fragmentos de cerâmica pré-colonial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2017.

BATALHA, Jéssica Guimarães. **Caderno de campo**. Iniciação Científica, edição 2017/2018. Parintins, 2018.

BATALHA, Jéssica Guimarães. **Caderno de campo**. Iniciação Científica, edição 2018/2019. Parintins, 2019.

BEZERRA, Márcia. “As Moedas dos Índios” Um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a05v6n1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BEZERRA, Márcia. Com os cacos no bolso: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, p. 85-101, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_38.pdf Acesso em: 13 mar. 2019.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, p. 107-122, jul. 2013. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635674/3422>. Acesso

em 08 mai. 2017.

BEZERRA, Márcia. “Sempre quando passa alguma coisa, deixa rastro”: um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. **Revista de Arqueologia**, n. 1, v. 24, p. 74-85, 2012. Disponível em http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/bezerra_2010.pdf. Acesso em 08 mai. 2017.

BIANCHEZZI, Clarice. **Fascinação e encantamento**: colecionismo de objetos arqueológicos na região de Parintins (AM). 2018. (não publicado). Cedido pela autora.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. **Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 16 nov. 2015.

CABRAL, Mariana Petry. Entre Passado e Presente: Arqueologia e Coletivos Humanos na Amazônia. **Teoria e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 76-91, jul.-dez. 2016. Disponível em <http://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/287/179>. Acesso em 12 fev. 2017.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação patrimonial e arqueologia: alguns aspectos desta interface. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online) 6 (2): 442-458, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/download/1876/2271>. Acesso em 16 nov. 2015.

CATIVO, Jordana. A.; BIANCHEZZI, Clarice. Cultura material amazônica no ensino de história. In: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria **Aprendizagens Históricas: rumos e experiências**. 1. ed. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, v. único, p. 186-194.

COSTA, Elisabeth. No Norte, do Norte, do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, p. 36-59, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_38.pdf. Acesso em: 13 mar. 2019.

DESVALLÉES, André; FRANÇOES, Mairesse; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. **Conceitos-chaves de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

ELLIS; Grace, RIBEIRO, Anna Browne; STAMPANONI; Filippo. **Ancient Landscapes of Amazonia: A Study of Pre-Colonial Processes and Contemporary Use at Macurany, Brazil**. Presented at The 82nd Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Washington, DC. 2018.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: Vasilhas

de Coleção Tapajônica MAE-USP. São Paulo: Editora da USP: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HILBERT, Peter Paul; HILBERT, Klaus. Resultados Preliminares da Pesquisa Arqueológica nos Rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Rio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nova Série, Antropologia, Belém, n. 75, p. 1-11, mai. 1980. Disponível em <https://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/handle/mgoeldi/633>. Acesso em 16 mar. 2015.

LIMA, Helena; BARRETO, Cristina; BETANCOURT, Carla Jaimes. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. *In*: BARRETO, Cristina; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla Jaimes (org). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova Síntese**. Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016. P. 19-31.

LIMA, Helena. NEVES, Eduardo. Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancóide na Amazônia Central. **Rev. Museu Arq. Etn**, São Paulo, n. 21, p. 205-230, 2011.

LIMA, Helena; SILVA, Carlos. **Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas**. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado, 2005.

MACHADO, Michel Carvalho. **Entre Terra Preta Antropogênica e cacos de Cerâmicas: A existência de sítios arqueológicos no município de Parintins – AM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2018.

MACHADO, Michel. C.; BIANCHEZZI, Clarice; SOUZA, José Camilo R. Sítios pré-coloniais em Parintins- AM: lugares ressignificados por grupos humanos contemporâneos. *In*: **Caderno de resumos expandidos do I Simpósio de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas: patrimônio, história e cidades – I SiPICH**. Manaus-AM: UEA Edições, 2017. v. único, p. 99-101.

MACHADO, Michel Carvalho; BIANCHEZZI, Clarice; SOUZA, José Camilo Ramos de. Vestígios pré-coloniais: Mapeamento de sítios arqueológicos no município de Parintins- AM *In*: **Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017**. Juiz de Fora: ABHR/Plura, 2017. v. 1. p. 1-8.

MACHADO, Michel Carvalho; BIANCHEZZI, Clarice; SOUZA, José Camilo Ramos de. **Vestígios pré-coloniais: Mapeamento de sítios arqueológicos no município de Parintins- AM**. Relatório Final de Iniciação Científica - edição 2017/2018. Parintins, 2018.

MAGALHÃES, Marcus Pereira. **Amazônia Antropogênica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. O velho e o novo na Arqueologia Amazônica. **Revista USP**,

São Paulo, n. 44, p. 86-111, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NEVES, Eduardo Góes. O lugar dos lugares. Escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia Central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. **Ciência & Ambiente**, v. 31, 2005, p: 79-91.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em 22 jun. 2017.

ROOSEVELT, A. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Carneiro da. (org), **História dos Índios do Brasil**, p. 53-86. Companhia das Letras/Fapesp/SMC, São Paulo. 1992.

ROCHA, Bruna Cigaran da; BELETTI, Jaqueline; PY-DANIEL, Anne Rapp; MORAES, Claide de Paula; OLIVEIRA, Vinicius Honorato de. Na margem e à margem: arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online) 6 (2), p. 358-384, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1873/2265>. Acesso em 22 jan. 2017.

SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v2n1/v2n1a06.pdf>. Acesso em 22 jan. 2017.

SCHAAN, Denise Pahl. Amazônia em 1491. **Especiarias – Cadernos de Ciências Humanas**. vs. 11 e 12, n. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jun. 2009, p. 55-82. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/692/652>. Acesso em 22 jan. 2017.

SILVA, Karliney Souza da. **Sítio arqueológico do Macurany: da "invisibilidade" à espaço de ações educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2016.

SIMÕES, Mário; ARAÚJO-COSTA, Fernanda de. Pesquisa e Cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi** nº 38, Belém-Pará. 1983

SOUZA, Daiane Cristina Souza de. **“Restos dos Povos que já morreram”**: Colecionismo de material arqueológico no Distrito da Freguesia do Andirá – Barreirinha – Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2018.

TROUFFLARD, Joanna. O que dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará. In: SCHAAN, Denise P (org.). **Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada**: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará. Belém: GK Noronha, 2012. pp. 57-72.